

## **CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: O GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE (1924-1954)**

Silvia Helena Andrade de Brito - UFMS/Corumbá

O objeto desta comunicação é o processo de criação e implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, situado na cidade de Corumbá, estado de Mato Grosso, na fronteira Brasil-Bolívia. Embora criado em 1912, este estabelecimento de ensino só começou a funcionar em 1924. O referido ano será um dos marcos temporais desta comunicação, que se estenderá até 1954, quando foi aberto o segundo grupo escolar desta região.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é identificar que necessidades sociais determinaram o processo de criação e implantação de um grupo escolar nesta área de Mato Grosso. Para tal, destaca-se, num primeiro momento deste processo – 1924-1930 –, a relevância social de Corumbá como cidade portuária, além da perspectiva inovadora defendida, pelo discurso oficial, ao elaborar a proposta de implantação dos grupos escolares. Em seguida, ao examinar-se o período entre 1930 e 1954, serão destacados alguns elementos que nortearam a organização do trabalho didático no interior desta instituição, tema importante quando se considera que os grupos escolares, “(...) ao longo do século XX [,] encarnaram o próprio sentido da escola primária no Brasil (...)” (SOUZA, 2004)<sup>1</sup>.

### **1. A educação em Mato Grosso e em Corumbá entre 1920 e 1930: a criação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque**

Remontando à história e à história da educação em Mato Grosso e Corumbá no período que vai da Primeira República à década de 30, trar-se-á à luz alguns elementos para a reconstrução do papel da educação e do Grupo Escolar Luis de Albuquerque neste momento histórico.

Considerando-se a situação de Mato Grosso entre os anos 70 do século XIX e os anos 30 do século XX, pode-se perceber que o estado vivia uma situação peculiar, considerando-se

que passou por um processo de diversificação de sua atividade econômica nesse período (ALVES, 1984)<sup>2</sup>. A pecuária extensiva, que paulatinamente se afirmara como a principal atividade econômica na região, com o esgotamento da atividade de mineração, em princípios do século XIX (*Ibid.*, p. 85 et seq.), continuava tendo uma presença marcante no estado. Em torno desta atividade, como fruto dos capitais que estiveram disponíveis na região neste início do século XX, surgiram algumas charqueadas e saladeiros que alcançaram destaque no cenário regional nesse período, vindo a perder espaço principalmente a partir dos anos 30.

Assim, entre nos anos 20-30, Mato Grosso era, por um lado, um território ainda marcado pela presença de grandes latifúndios (pecuária e erva-mate), ocupado por uma população rarefeita, principalmente em se tratando de sua zona rural. Por outro, e considerando a diversificação das atividades econômicas regionais antes comentada, também possuía importante fração de sua classe dominante ligada às usinas de açúcar, à indústria extrativa (principalmente a erva-mate, a borracha e a poaia) e ao beneficiamento da carne bovina; ainda mais, contraditoriamente, criara as condições para o aparecimento de um homem cosmopolita, como os proprietários de estabelecimentos comerciais em Corumbá, afeitos, graças à sua atividade profissional, aos contatos estreitos e permanentes com os principais centros econômicos e sociais do Brasil, da região platina e do continente europeu.

Neste sentido, Corumbá, situada nas margens do Rio Paraguai, a meio caminho dos centros urbanos de maior destaque em âmbito regional (Cáceres e Cuiabá, no Mato Grosso e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul), aparece também como a mais importante cidade brasileira na fronteira do Brasil com a Bolívia. Estes dois fatores — sua localização privilegiada na bacia do Alto Paraguai e a proximidade com a Bolívia — vão marcar, neste contexto, o desenvolvimento da cidade, desde seus primórdios, no século XVIII (ITO, 2000)<sup>3</sup>.

Da mesma forma, após a Guerra da Tríplice Aliança, a efetiva abertura da navegação no Rio Paraguai fez de Corumbá um dos centros *comerciais* de maior importância em Mato Grosso, porto internacional responsável pelo abastecimento das cidades do interior do

Estado (Campo Grande, Cuiabá, Cáceres, Coxim e outras), com mercadorias vindas de todas as regiões do Brasil e do exterior, além do escoamento da produção local, dando ares cosmopolitas à vida local.

Este processo de hegemonização das *casas comerciais* em Corumbá, no entanto, começou a ser abalado a partir da primeira década deste século, quando da construção da Estrada de Ferro que ligou Campo Grande a Porto Esperança, localidade também situada às margens do Rio Paraguai. A partir deste momento, o eixo econômico-social desta região volta-se para as áreas lindeiras à ferrovia, firmando-se paulatinamente a participação do Pantanal mato-grossense como exportador de *gado em pé* e importador de mercadorias do restante do Brasil e exterior, agora transportadas preferencialmente através da ferrovia<sup>4</sup>. Além destas atividades, entre os anos 20-40, floresceram, à sombra dos trilhos da Noroeste, as indústrias do charque (charqueadas), algumas delas remanescentes de empreendimentos outrora localizados em Corumbá. Deu-se também continuidade à navegação na bacia do Paraguai e seus tributários, embora apenas em escala regional, visando à redistribuição das mercadorias trazidas pelo transporte ferroviário (MICHELS & OLIVEIRA, 1995; PROENÇA, 1992)<sup>5</sup>.

Assim, foi neste contexto sócio-econômico, num momento histórico em que a segurança pública e a posse da terra, bem como a infra-estrutura viária ainda eram as grandes preocupações dos sucessivos governos estaduais (JACOMELI, 1998)<sup>6</sup>, que o presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, a partir do ideário republicano da “(...) modernidade e civilização, [pensado como contraponto] (...) ao estigma da ‘barbárie’ predominante nas representações sobre o estado na época” (AMÂNCIO, 2000 apud SOUZA, 2004, p. 121)<sup>7</sup>, na reforma iniciada em 1910, começou novo período de reestruturação e reorganização do ensino primário e secundário em Mato Grosso. Ainda segundo a justificativa que embasava a reforma, nos primeiros vinte anos do regime republicano a instrução em Mato Grosso continuava incerta e descuidada, com poucas diferenças em relação à época do Império. O grupo escolar foi pensado como uma possível solução para estes problemas.

Para tal, a reforma de 1910 prevê ainda a renovação do quadro de professores. Assim, uma nova Escola Normal foi criada, junto com a Escola-modelo, a fim de habilitar indivíduos capazes de ministrar o ensino. Complementarmente, a partir de 1911 verificou-se a organização de uma nova regulamentação pedagógica, a qual emanaria por todo o estado, estabelecendo os novos critérios para a instrução pública. Segundo este decreto, o ensino primário deveria ser leigo, alunos de ambos os sexos poderiam freqüentar a escola, estabelecendo-se a obrigatoriedade para as crianças de 7 a 10 anos de idade. Dizia este decreto também que as escolas não poderiam ultrapassar os 60 alunos; além disso, o sistema de decuriões e monitores (ensino mútuo), bem como os castigos físicos, estavam proibidos (JACOMELI, 1999)<sup>8</sup>.

Além disso, esta legislação normatizou a ação dos grupos escolares e seu funcionamento, naqueles distritos que os tivessem. Os grupos escolares seriam escolas com oito classes seriadas (quatro para meninos e os restantes para meninas) e ficariam subordinados ao Diretor Geral da Instrução Pública e aos inspetores escolares. Complementarmente, os grupos escolares seriam fiscalizados e inspecionados pelo presidente do estado, com a ajuda do Conselho Superior de Instrução Pública e Diretoria Geral da Instrução. Estes órgãos estabeleciam a duração das aulas (cinco horas diárias), o período de funcionamento (período único) e a contratação de professores, efetivada mediante concurso público.

Verifica-se, contudo, que essa política de expansão das práticas educacionais a partir do grupo escolar no estado não se deu de forma linear, e as descontinuidades na ação pública sempre estiveram presentes, expressas, por exemplo, na morosidade para a instalação destes estabelecimentos ou na grande dificuldade de se impor uma fiscalização da malha educacional. Neste sentido, é exemplar o caso de Corumbá em que o grupo escolar, criado por decreto em 1912, só veio a instalar-se em 1924. Além disso, apenas as cidades mais importantes faziam jus a sediar estas instituições escolares, numa região em que a população, de forma predominante, ainda residia nas zonas rurais. Foi neste contexto, e dada a sua importância

enquanto principal porto de Mato Grosso, que Corumbá foi escolhida para sediar um grupo escolar.

É importante assinalar, contudo, que as próprias exigências atinentes à definição do que seria o grupo escolar, isto é, sua característica de escola agrupada (ou seja, com um número mínimo de alunos), dotada de uma concepção arquitetônica peculiar (e que em geral situava-se, espacialmente falando, no *locus* central do município) e que funcionaria com conjunto de materiais pedagógicos mínimos considerados adequados ao processo ensino-aprendizagem já representava, de *per si*, impedimentos para que esta estrutura organizacional se tornasse hegemônica em Mato Grosso.

Aliás, segundo os pronunciamentos oficiais, para que a instrução nas diversas camadas se expandisse se necessitaria e foram criadas várias escolas isoladas, além dos grupos escolares, com o intuito de instruir toda a população local (BRITO, 2001)<sup>9</sup>, sendo que estas últimas continuaram a ser, até a década de 50, maioria na estrutura organizacional do ensino público. Assim sendo, e a partir desta premência em *modernizar a instrução pública*, Mato Grosso criou espaço para o surgimento dos grupos escolares também nesta região do Brasil.

## **2. A educação em Mato Grosso e em Corumbá entre 1930 e 1954: a implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque**

Os anos 30 iniciaram-se, em Mato Grosso, com o estado sentindo os reflexos da crise econômica que abalava o país, ainda sob o impacto dos acontecimentos que envolveram o conjunto do mundo capitalista, principalmente a partir de 1928/1929. Uma das principais conseqüências destes abalos foi sentido com a queda nos preços das mercadorias relacionadas à pecuária, principal produto da pauta produtiva de Mato Grosso, além de atingirem a comercialização da erva-mate e da borracha, os outros dois produtos importantes na economia local.

Esta crise, contudo, também contribuiu para dar continuidade ou iniciar algumas modificações na base produtiva do estado, sobretudo na região Sul de Mato Grosso, relacionadas ao melhoramento do plantel bovino e à introdução de novas formas de criação (.cercamento e divisão das fazendas, o abandono da organização familiar e a incorporação de alguns padrões empresariais nas mesmas, utilização de espécies gramíneas novas nas pastagens, etc). Foi importante também, neste sentido, a afirmação de um novo pólo de desenvolvimento na região Sul do estado, representado pela cidade de Campo Grande<sup>10</sup>.

Ao mesmo tempo, a crise econômica dos anos 20/30 ofereceu as condições necessárias para o surgimento desta região brasileira, principalmente a partir dos anos 40, quando se dá um novo surto desenvolvimentista na fronteira, com o surgimento de um pequeno mas significativo — regionalmente falando — parque industrial em Corumbá.

Desta forma, este conjunto de condicionantes, ocorridos entre os anos 30 e 50, — como as mudanças provocadas pela crise dos anos 30 no setor pecuário, combinada a condições climáticas favoráveis e ao aumento de vendas no período de guerra; o movimento em torno da construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, a partir de 1938, além da instalação de novas indústrias na cidade, como a Sociedade Brasileira de Mineração (SOBRAMIL), provocaram um efeito multiplicador sobre as atividades produtivas na região, o que acabou alavancando o surto industrial que o município conheceu a partir da segunda metade dos anos 40, reforçado posteriormente pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste a cidade, na década de 50. Esta incipiente industrialização, tendo sido decisiva na conformação de uma nova composição social no município, acabou por diversificar a própria malha urbana, colaborando, alguns anos depois, para a expansão do ensino, público e privado, em Corumbá.

No contexto educacional, este é o período de expansão dos grupos escolares, que foram sendo implantados em outras cidades do estado, ou outros bairros das cidades que se desenvolviam naquele contexto, como Campo Grande.

Sobre a questão da organização do trabalho didático no interior do ensino primário público, neste período de consolidação do grupo escolar, pode-se destacar algumas observações sobre como se encontrava a escola pública em Mato Grosso, a partir de observações sobre a mesma no município de Corumbá.

Relatos de ex-alunos e ex-professores dão conta que a organização espacial do grupo escolar em Corumbá se assemelha àquela encontrada em seus congêneres em outras regiões do Brasil, com as cadeiras de madeira presas ao chão, alinhadas, o que se entendia como uma medida facilitadora da disciplina e, por conseguinte, do trabalho de seus principais mentores, o professor e o inspetor escolar (ROSA, 1990)<sup>11</sup>. Outra medida disciplinar, a palmatória, continuava presente no cotidiano escolar, embora tivesse sido abolida pela reforma de 1910, proibição essa que foi reforçada pelas legislações posteriores.

Da mesma forma, estes mesmos relatos apontam para uma gradual perda de prestígio do grupo escolar em Corumbá quando se adentra na década de 50, quando o Luiz de Albuquerque, às vésperas de deixar de ser a única instituição desta natureza na cidade, enfrenta problemas como a superlotação, a precariedade de material didático em suas salas, bem como um fenômeno já apontado por Souza (SOUZA, 2004, p. 138), e que se configurará com mais clareza nas décadas seguintes, quando, por um lado, acontece a simplificação da formação ali dada e, por outro, a extensão maior desta escolaridade fundamental.

Estas mudanças, no interior do grupo escolar, no momento mesmo em que se coloca em pauta a sua efetiva expansão na cidade de Corumbá, e que se materializou nestes anos 50 pela abertura de dois outros turnos de aulas, visavam o atendimento de um maior número de alunos e, naturalmente, que isso se desse com economia de recursos humanos e materiais nesta empreita (ROSA, 2000, p. 114). Na mesma direção, os novos estabelecimentos que são criados neste período, a partir de 1954, mesmo levando a denominação de grupos escolares, não se atêm a um projeto arquitetônico de dimensões monumentais, como foi o caso do

primeiro grupo escolar da cidade, nem receberão do poder público o tratamento diferenciado prestado àquela instituição.

À guisa de conclusão, é preciso assinalar que no período ora analisado assistir-se-á a gênese de uma significativa expansão do ensino primário na região — transformação quantitativa que será importante para a gestação de mudanças qualitativas nos anos seguintes. Apesar disso, o crescimento quantitativo da forma mais avançada de organização interna da escola primária, — a escola agrupada, representada pelo grupo escolar —, ainda não foi suficiente para gerar um salto qualitativo que se generalizasse por todo os estabelecimentos, visto que as escolas isoladas (e as formas/conteúdo do trabalho didático a ela associados) ainda estarão fortemente presentes, assim como ainda é precária a organização de um sistema de ensino primário na região.

---

NOTAS:

<sup>1</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 111.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. Mato Grosso e a História: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem.1984.

<sup>3</sup> ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá: o espaço da cidade através do tempo*. Campo Grande; UFMS, 2000.

<sup>4</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *Op. cit.*

<sup>5</sup> MICHELS, Ido Luiz, OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Coord.). *Diagnóstico sócio-econômico da Bacia do Alto Paraguai: aspectos regionais e urbanos*. Campo Grande: UFMS/SEMA, 1995. Relatório final. PROENÇA, Augusto César. *Pantanal: gente, tradição, história*. Campo Grande: 1992.

<sup>6</sup> JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927*. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

<sup>7</sup> AMÂNCIO, Lázara N. B. *Ensino de leitura na escola primária de Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional do século XX*. Marília: 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp/Marília.

<sup>8</sup> JACOMELI, Mara Regina Martins. *Op. cit.*

<sup>9</sup> BRITO, Sílvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp.

<sup>10</sup> Outra modificação na base produtiva do estado, ainda de pequena monta neste momento histórico, foi a incrementação do setor agrícola no extremo Sul de Mato Grosso, centralizado no município de Dourados. Deram-se os passos iniciais, também no final desse período, para a ocupação da região Norte, utilizando o mesmo modelo de colônias agrícolas, públicas e particulares. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, COSTA, Lourença Alves da, CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3.ed. Cuiabá: UFMT, 1990. p. 255 et seq.

<sup>11</sup> ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida*. Campo Grande: UFMS, 1990.